



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 39/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 11235/2014.

Apensos: Processos nºs 11352/2014 e 10574/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Autazes.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Raimundo Wanderlan Penalber Sampaio, Prefeito Municipal à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 317/2015 (fl. 905).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1137/2015-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 906/916).

8- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

Ementa: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Autazes. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a Desaprovação das Contas.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância parcial** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO, recomendando à Câmara Municipal a **DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS** da Prefeitura Municipal de Autazes, referente ao exercício 2013, de responsabilidade do Sr. **Raimundo Wanderlan Penalber Sampaio**, nos termos do art. 31, §§1º e 2º, da CF/88 c/c art. 127, da CE/89, art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/91, art. 1º, I, e art. 29, da Lei Orgânica TCE-AM e art. 3º, da Resolução nº TCE nº 09/97.

10- Ata: 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 28 de Junho de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 39/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 39/2016 – TCE-Tribunal Pleno)

1-Processo TCE nº 11235/2014.

Apenso: Processos nºs 11352/2014 e 10574/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Autazes.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Raimundo Wanderlan Penalber Sampaio, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 317/2015 (fl. 905).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1137/2015-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 906/916).

8- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

Ementa: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Autazes. Exercício de 2013.

Contas Irregulares. Alcance. Multas. Prazo. Cobrança Executiva. Desapensamento de processo. Remessa do Relatório Conclusivo da DICOP para o Tribunal de Contas da União. Representação. Determinação à próxima Comissão de Inspeção e à Prefeitura de Autazes. Ciência ao responsável.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em consonância parcial** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

9.1- JULGAR IRREGULAR a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Autazes, de responsabilidade do Sr. **Raimundo Wanderlan Penalber Sampaio**, Prefeito municipal e Ordenador de Despesas, referente ao exercício de 2013, nos termos do art. 1º, II, 22, I da Lei nº 2.423/1996 e artigo 188, § 1º, I, da Resolução TCE nº 04/2002;

9.2- Considerar o Sr. Raimundo Wanderlan Penalber Sampaio, Prefeito municipal e Ordenador de Despesas, referente ao exercício de 2013, em **alcance** no valor de R\$ **2.992.182,51** (dois milhões, novecentos e noventa e dois mil, cento e oitenta e dois reais e cinquenta e um centavos) devidamente corrigido e atualizado monetariamente, decorrente de:



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 39/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 39/2016 – TCE-Tribunal Pleno)

9.2.1- R\$ 975.197,97 (novecentos e setenta e cinco mil cento e noventa e sete reais e noventa e sete centavos), escriturado como obras e serviços de engenharia diversos, mas que não tiveram seu fiel cumprimento de licitação, planejamento, execução e aceite comprovados pelo Poder Executivo de Autazes, conforme Relatório Conclusivo da DICOP;

9.2.2- R\$ 1.012.226,07 (um milhão, doze mil e duzentos e vinte e seis reais e sete centavos), em função do pagamento em atraso das contribuições previdenciárias (juros e multas), nos termos do art. 304, inciso I do Regimento Interno deste TCE\AM (Restrição 14);

9.2.3- R\$ 1.004.758,47 (um milhão, quatro mil e setecentos e cinquenta e oito reais e quarenta e sete centavos), em função do pagamento em atraso das contribuições previdenciárias (juros e multas), nos termos do art. 304, inciso I do Regimento Interno deste TCE\AM (Restrição 15);

9.3- Aplicar Multa ao Sr. Raimundo Wanderlan Penalber Sampaio, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas, referente ao exercício de 2013, no valor de R\$ **4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos) nos termos do art. 54, inciso III da Lei Orgânica deste TCE\AM c/c art. 308, inciso V do Regimento Interno deste TCE\AM:

9.3.1- Em face das obras e serviços de engenharia diversos escriturados mas que não tiveram o fiel cumprimento de licitação, planejamento, execução e aceite, pelo Poder Executivo de Autazes, conforme Relatório Conclusivo da DICOP;

9.3.2- (Impropriedades nº 14 e 15) Pelo dano ao erário decorrente de violações da Lei nº 8.212/91, art. 30, inciso I, 'b' c/c art. 80, III da IN RFB nº 971/2009 (Redação dada pela IN RFB nº 1017/2010 c/c art. 12, inciso I, alínea 'a' e 'b' do Decreto nº 3.038/2009);

9.4- Aplicar Multa ao Sr. Raimundo Wanderlan Penalber Sampaio, Prefeito municipal e Ordenador de Despesas, referente ao exercício de 2013, no valor de R\$ **8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos) nos termos do art. 54, inciso II da Lei Orgânica deste TCE\AM c/c art. 308, inciso VI do Regimento Interno deste TCE\AM, pelas seguintes razões:

9.4.1- Restrição nº 03, que indica uma série de irregularidades que violaram as leis de finanças públicas (Lei nº 4.320/64 e LRF), no tocante a abertura de créditos suplementares sem o devido lastro financeiro, bem como a anulação de créditos suplementares sem a indicação das dotações anuladas;

9.4.2- Restrições 04, 05, 06, 17, 20, 22, 23 e 24, ausentes extratos bancários, registro de movimentação de estoque, livro de registro de inventário permanente e outros, violando o disposto nos arts. 94 e 95 da Lei nacional 4.320/1964, além do disposto no art. 33 da amazonense nº 2.423/1996;

9.4.3- Restrição nº 07, pagamento de horas extras a professores além de sua carga horária, violando a regra do concurso público (CR, art. 37, inciso II);



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 39/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 39/2016 – TCE-Tribunal Pleno)

9.4.4- Restrições 10, 11 e 12, não apresentação dos processos licitatórios e dos termos de contratos à Comissão de Inspeção deste TCE\AM, violando os princípios da transparência, do dever de prestar contas, do art. 37, inciso XXI da Constituição Republicana, bem como ao próprio Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666/93);

9.4.5- Restrição 13, ausência do Parecer do Conselho municipal de Educação aprovando as Contas do exercício 2013, bem como a ausência das folhas de pagamento de professores devidamente rubricadas pelo mesmo Conselho, violando o disposto nas Resoluções deste TCE\AM nº 11/2012 e 27/2013;

9.4.6- Restrição 16, manutenção para o exercício seguinte do valor de R\$ 2.683.156,96 (13,72% do total dos recursos recebidos a título de FUNDEB), em afronta ao art. 21, §2º da Lei nº 11.494/07 que ordena que até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos poderão ser utilizados no exercício imediatamente subsequente;

9.4.7- Restrições 18, 19 e 20, ausência de Processo Seletivo Simplificado (PSS) para contratação de pessoal temporário, bem como ausência de estudo de impacto econômico-financeiro para estas mesmas contratações, violando o disposto no art. 37, inciso IX da Constituição Republicana c/c art. 33 da Lei nº 2.423/1996;

9.4.8- Restrição nº 21, manutenção de inativados e pensionistas sendo que este município não possui Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) pela Prefeitura de Autazes, violando o art. 13 da Lei nacional nº 8.212/91;

9.4.9- Restrição 27, ausência de comprovantes de deslocamento nos processos de diárias, descumprido o disposto na Resolução TCE\AM nº 05/2008, art. 9º, parágrafo único, inciso III;

9.5- Aplicar Multa ao Sr. Raimundo Wanderlan Penalber Sampaio, Prefeito municipal e Ordenador de Despesas, referente ao exercício de 2013, no valor de R\$ **9.864,27** (nove mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e sete centavos) nos termos do art. 54, inciso VI da Lei Orgânica deste TCE\AM c/c art. 308, inciso II do Regimento Interno deste TCE\AM, pelo:

9.5.1- Descumprimento do art.4º da Resolução TCE nº 10/2012 c/c o parágrafo 1º, art. 15, da Lei Complementar n.º 06, de 22/01/91, com nova redação dada pela Lei Complementar n.º 24/2000, Restrições 01 e 02;

9.5.2- Descumprimento do art. 5º, §1º da Lei n.º 10.028/00 c/c o art. 32,II, “h” da Lei n.º 2.423/96 (ausência de todos os seis RREO bimestres e dos dois RGF – Impropriedades 08 e 09);

9.6- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das multas aos cofres da Fazenda Estadual, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos do art. 72, III, da Lei nº 2.423/96. Expirado prazo estabelecido, os valores das multas deverão ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução nº 04/2002- TCE/AM), autorizando desde já a inscrição das penalidades na **Dívida Ativa** e a instauração da **Cobrança Executiva** em caso de não recolhimento dos valores das condenações, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 39/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 39/2016 – TCE-Tribunal Pleno)

9.7- Determinar o desapensamento do Processo TCE nº 10.574/2013 desta Prestação de Contas anual, devendo o mesmo seguir rito próprio sendo encaminhado à DICREX, nos termos do art. 64, §3º, incisos I e II do Regimento Interno deste TCE\AM;

9.8- Determinar a Remessa do Relatório Conclusivo da DICOP para o Tribunal de Contas da União em face das irregularidades em obras financiadas pelo FNDE, sob o prisma do Termo de Cooperação firmado entre este TCE\AM e o TCU;

9.9- Representar contra o Sr. **Raimundo Wanderlan Penalber Sampaio**, Prefeito municipal de Autazes, exercício 2013, e Ordenador de Despesas, ao Ministério Público Estadual, enviando-lhe cópia integral dos autos, para que adote as medidas que entender pertinentes;

9.10- Determinar à próxima Comissão de Inspeção que verifique o cumprimento destas medidas saneadoras dos acúmulos de cargos violando balizamento constitucional, nos termos do art. 37, inciso XVI da Constituição Republicana de 1988;

9.11- Determinar à Prefeitura de Autazes que promova a inativação de seus servidores por meio do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), nos termos da Lei nº 8.212/91;

9.12- Dar ciência deste decisório ao Sr. **Raimundo Wanderlan Penalber Sampaio**, Prefeito Municipal de Autazes, exercício 2013, e Ordenador de Despesas.

10- Ata: 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 28 de Junho de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral